



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0014623-15.2022.6.05.8000
INTERESSADO : FISCAIS TÉCNICO: FERNANDA DO VALE, MAURÍCIO VALENTE E RENATA BORGES. FISCAL ADMINISTRATIVO: SUMAIA SALES.
ASSUNTO : Análise de regularidade da licitação. Reforma Ipirá. **Lei 8.666/93.**

PARECER nº 76 / 2023 - PRE/DG/ASSED

Cuidam os autos de licitação, Licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo “MENOR PREÇO”, sob o regime de empreitada por preço unitário, destinada à contratação de empresa de engenharia ou arquitetura para a execução dos serviços de reforma do Fórum Eleitoral de Ipirá, conforme condições estabelecidas no Edital de Tomada de Preços n.º 03/2023 (doc. n.º 2487701).

A presente licitação é regida pela Lei nº 8.666/93 e pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018.

Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme registrado na decisão que autorizou a abertura da licitação (doc. n.º 2475088).

Registra-se, ainda, designação da Comissão de Licitação (doc. n.º 2487746), nomeados por meio da Portaria 828/2022 (doc. n.º 2487746).

O edital foi publicado no DOU e em jornal de grande circulação (docs. n.ºs 2487780 e 2487781).

Constata-se que não houve a apresentação de qualquer pedido de esclarecimento ou de impugnação ao edital.

Verifica-se que a sessão pública da licitação ocorreu em datas diversas (docs. n.ºs 2510797 e 2540051), diante da necessidade da natureza da contratação e necessidade de melhor análise da documentação apresentada.

Observa-se, ainda, que foi conferida a publicidade das etapas do procedimento, com a disponibilização dos documentos de habilitação e julgamento das propostas, por e-mail e através da publicação das respectivas atas e demais documentos no Portal da Transparência deste Tribunal (docs. n.ºs 2510821, 2523236, 2533681, 2540053, 2545205, 2554069 e 2555947).

Registrou-se nos autos, a desclassificação da empresa CONSPLAN CONSTRUÇÕES LTDA, em razão de equívoco na elaboração da planilha de custos, bem assim da impossibilidade de majoração do valor constante da proposta.

Ato contínuo, foi convocada a empresa RIBEIRO CONSTRUTORA EIRELI, detentora do 2º menor preço, no valor global de R\$ 896.216,37 (oitocentos e noventa e seis mil duzentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos).

Foram esclarecidas dúvidas junto à referida licitante e realizada consulta à unidade técnica quanto a itens da planilha de composição de preços (docs. n.os 2551742).

Após consultas junto ao SICAF, Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, e conferência dos demais documentos de habilitação e qualificação técnica (docs. n.ºs 2521437, 2521606 - fls. 25/26, 2522900 - fls. 21/22, 2522998 - fls. 21-22), a mencionada empresa foi declarada vencedora da licitação.

A proposta renovada e demais documentação atualizada foram acostados mediante documentos n.ºs 2567432, 2567434 e 2567444.

Aberto o prazo, não houve apresentação de recurso contra a decisão da predita comissão.

Ante o exposto, e considerando o atendimento dos requisitos do edital, esta Assessoria opina pela regularidade formal do certame, recomendando o envio dos autos ao Diretor-Geral para homologação do procedimento licitatório, adjudicação do objeto à licitante vencedora.

Frise-se que a futura contratada deverá manter, durante toda a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos.

À consideração superior.

Maria Regina Ribeiro Santana
Assessoria Especial da Diretoria-Geral

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

RONILDO DANTAS
Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 20/11/2023, às 12:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Ribeiro Santana, Analista Judiciário**, em 20/11/2023, às 14:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trbajus.br> informando o código verificador **2571260** e o código CRC **F77324E2**.

